

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Resumo

Após as ditaduras civis-militares (entre 1959 e 1990), emergiram na América Latina uma série de iniciativas de construção crítica da memória do período. O objetivo do presente trabalho é identificar, analisar criticamente e classificar esses lugares de memória, bem como disponibilizar as informações coletadas no website “Memória e Resistência”. O referencial teórico apoia-se nos conceitos de Memória e Lugares de Memória como gestos de resistência e nos aspectos teóricos e metodológicos da Organização de dispositivos de memória, na perspectiva da Ciência da Informação. Os passos metodológicos seguidos foram: 1) pesquisa bibliográfica para caracterização dos regimes militares da América Latina; 2) identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina; 3) planejamento e execução de website para divulgação do material coletado. Apresenta-se, ainda, a ferramenta de indexação “Vocabulário controlado da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça - Brasil VCAP-BR”, elaborado inicialmente para respaldar a identificação e julgamento dos processos de anistia aos perseguidos políticos no Brasil, no âmbito da Comissão Nacional da Anistia, e atualmente disponibilizado no website para a classificação tanto dos lugares de memória mapeados quanto dos documentos neles armazenados. Até o momento, encontram-se mapeadas no website 85 iniciativas de lugares de construção da memória, na América Latina, referentes a 12 países, que passaram por ditaduras civis-militares durante a segunda metade do século XX.

Palavras-chave: Ditadura. América Latina – História. Memória – Aspectos sociais. Organização da informação. Sites da Web.

Para citar este artigo:

KOBASHI, Nair Yumiko; JATENE, Caio Vargas; CRIVELANTE, Mariana Ramos. Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website. Revista PerCursos, Florianópolis, v. 20, n.42, p. 159 - 185, jan./abr. 2019.

DOI: 10.5965/1984724620422019159

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724620422019159>

Nair Yumiko Kobashi
Professora da Universidade de
São Paulo - USP.
Brasil
nairkobashi@gmail.com

Caio Vargas Jatene
Mestrando em Ciência da
Informação na Universidade de
São Paulo - USP.
Brasil
caio.jatene@usp.br

Mariana Ramos Crivelente
Mestranda em Ciência da
Informação na Universidade de
São Paulo - USP.
Brasil
mariana.crivelente@usp.br

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Places of memory and resistance of Latin América: information collection, organization and dissemination on a website

Abstract

After the civil-military dictatorships (between 1959 and 1990), a series of initiatives and places of a critical construction of the memory about that period has risen in Latin America. The aim of the present work is to identify, critically analyze and classify these places of memory, as well as to make available the information collected in the website "Memory and Resistance". The theoretical reference is based on the concepts of Memory and Places of Memory as gestures of resistance and on the theoretical and methodological aspects of the Organization of memory devices, from the perspective of Information Science. The methodological steps followed were: 1) bibliographic research to characterize Latin American military regimes; 2) identification and mapping of memory and resistance institutions in Latin America; 3) planning and execution of the website for the dissemination of material collected. It is also presented the indexing tool "Controlled Vocabulary of the Amnesty Commission of the Brazilian Ministry of Justice - VCAP-BR", initially developed to support the identification and judgment of amnesty cases moved by the political persecuted in Brazil, within the framework of the National Commission of the Amnesty, and currently available on the website for the classification of the places of memory as well of the documents stored in them. At the present moment, 85 initiatives of memory-building places in Latin America have been mapped on the website, covering 12 countries, which have passed through civil-military dictatorships during the second half of the 20th century.

Keywords: Civil-Military Dictatorships. Latin America. Places of Memory. Organization of the Information and of the Knowledge. Website.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

1 Introdução

Compreender a dinâmica de construção dos lugares de memória política sobre as ditaduras latino-americanas, indicar os processos relacionados à construção crítica dessa memória, analisá-los e apresentar uma ferramenta de pesquisa integradora das informações coletadas é o objetivo principal deste trabalho. Nesse sentido, são articulados e discutidos os seguintes interconceitos relacionados aos dispositivos de memória política: Ditaduras Cívico-Militares, Justiça de Transição, Memória e Lugares de Memória. O termo “interconceitos” foi proposto por Wersig (1993, p. 237), para caracterizar conceitos fluídos e relacionáveis que transitam entre vários campos. São, nessa perspectiva, de um lado, historiados os gestos de construção desses lugares de memória, no contexto pós-ditaduras cívico-militares latino-americanas e, de outro, apresentado o processo de elaboração de um *website* que reúne, cataloga, indexa e contextualiza essas instituições.

O referencial teórico da presente pesquisa apoia-se nos conceitos de Memória e Lugares de memória como gestos de resistência e nos aspectos teóricos e metodológicos da Organização de dispositivos de memória, na perspectiva da Ciência da Informação. Essa ciência conjuga teoria e reflexões sobre a prática de organizar e gerir dispositivos de informação. Dito de outro modo, ela não é impulsionada apenas pela busca de compreensão de um dado conjunto de elementos ou fatos do funcionamento do mundo, mas sim pela necessidade de resolver ou lidar com problemas (WERSIG, 1993). Em suma, um dos objetivos da Ciência da Informação é propor modelos de sistemas para fins de acesso, recuperação e uso de informação.

Para cumprir os objetivos propostos, apresentamos questões iniciais sobre a memória. Esta pode ser considerada, em linhas gerais, uma evocação do passado, denota a nossa relação com o tempo e confere significado à nossa existência. Trata-se da capacidade humana de guardar, pela lembrança e contra a perda total, reminiscências do tempo passado que não retornará jamais (CHAUI, 2000). A memória não se refere somente ao seu aspecto biológico, tampouco se restringe a uma dimensão pessoal ou individual, pois ela pertence ao âmbito social ou coletivo, que diz respeito à memória

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

cristalizada em monumentos, documentos, relatos de uma sociedade (CHAUI, 2000). Com a teoria psicossocial da memória, Maurice Halbwachs (1990) propõe averiguar a relação entre memória e história pública (BOSI, 1979). Ao estudar o fato social de Durkheim e aplicá-lo às questões psicossociais, Halbwachs elucida que “o predomínio do social sobre o individual deveria, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos como a percepção, a consciência e a memória” (HALBWACHS, 1990, *apud* BOSI, 1979, p. 16).

A memória não está restrita somente a um plano interior; ao contrário, depende das relações com o mundo exterior. Está ligada ao sistema de representações, hábitos e relações sociais e, com isso, Halbwachs amarra, de certa forma, a memória da pessoa à memória do grupo, à memória coletiva (HALBWACHS, 1990, *apud* BOSI, 1979). O sentido de memória coletiva pressupõe que ela evolui segundo as suas próprias leis e as diversas memórias individuais são alocadas a esse conjunto, não sendo mais a consciência pessoal (HALBWACHS, 1990). Segundo Pierre Nora (1993, p. 9), a memória é a “vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está permanentemente em evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento (...) vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações”. Em razão do seu caráter vivo, fluido, mutável e pela sua suscetibilidade, Meneses (1992, p. 10), por sua vez, caracteriza a memória como “um processo permanente de construção e reconstrução (...).”

São vários os elementos constitutivos da memória. De acordo com Marcos Napolitano (2015), estamos vivendo hoje no Brasil e, por que não dizer, na América Latina, uma febre memorialística em torno dos regimes militares, pois se trava uma verdadeira guerra contra os revisionismos de caráter essencialmente ideológico. É contra esses revisionismos, que tentam mitigar as violações aos Direitos Humanos praticados pelas ditaduras, que nasce a necessidade de buscar uma perspectiva crítica da memória como forma de estímulo à reflexão, a fim de evitar que a memória “seja objeto de disputa e revisões, se dilua no relativismo e no negacionismo” (NAPOLITANO, 2015, p. 38). A gestão da memória não é, portanto, neutra. Meneses (1992) aponta duas direções conflitantes sobre tal gestão. A primeira, de caráter conservador, baseia-se na fetichização da

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

memória para transformá-la em mercadoria e em instrumento de legitimação. A segunda, em resposta às alienações provocadas pela expropriação da memória, representa a emergência de uma consciência política.

Como já afirmou Le Goff (2013, p. 436), a memória coletiva ganha sentido se servir “para a libertação e não para a servidão dos homens” e ela nasce de confrontos sociais. A memória é um elemento essencial da identidade coletiva e os lugares de memória dão concretude a ela; além disso, a construção de lugares de memória obedece a imperativos éticos e políticos. Para Nora (1993, p. 22), um lugar de memória nasce da “vontade de memória”, sendo ele fruto da intencionalidade de admitir aquele local como detentor de memória. E nos lugares de memória sempre coexistem três sentidos simultaneamente: o material, o simbólico e o funcional (NORA, 1993, p. 21), lembrando que esses “lugares” são compreendidos de forma ampla: não são somente lugares geográficos. É importante mencionar que a definição de Lugares de Memória, trazida por Pierre Nora, diz respeito a um contexto celebrativo da República francesa.

Da vontade de compreender esses aspectos complexos da memória decorre o presente trabalho. Procura-se discutir os lugares de memória, “onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7), no contexto latino-americano pós-traumático das ditaduras civis-militares. A abordagem, neste artigo, limita-se aos lugares de memória inscritos fisicamente em um território, com endereço específico, parte deles associados a experiências traumáticas vinculadas às ditaduras militares da América Latina ou criados para estudá-las e discuti-las, tais como museus, arquivos, bibliotecas, associações, monumentos, centros de documentação e pesquisa. Aplicando as concepções cunhadas por Pierre Nora (1993) à conjuntura latino-americana, de disputas pela memória, Icléia Thiesen (2014, p. 221) afirma que “as tensões entre memória e história movimentam um circuito informacional característico das lutas sociais pela verdade”. É nesse contexto de luta pela construção de um conhecimento crítico e emancipatório que emergem as iniciativas de criação de lugares de memória política, os quais preservam e disseminam documentos e informações importantes para a pesquisa científica ou para o conhecimento público, com a finalidade de “exorcizar o esquecimento, promover o

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

reconhecimento e a reparação social dos indivíduos, grupos e coletividade” (THIESEN, 2014, p. 218).

Nos Lugares de Memória das ditaduras latino-americanas, devemos considerar a memória em seu aspecto positivo e libertador, sem se afastar de seu aspecto crítico, no intuito de significar a história, para que as violações aos Direitos Humanos e os atos de perseguição e repressão política não voltem a ocorrer. Tendo isso em mente, os Lugares de Memória não se destinam a reconstruir os horrores do passado recente no continente. São lugares de interrogação, que estimulam a reflexão, destinados à observação das causas e consequências do horror e, por que não dizer, para serem observatórios de si mesmos e da própria sociedade que permitiu e foi conivente com essas práticas.

Os lugares de memória política podem, ainda, ser também considerados tipos de dispositivos. Agamben, inspirado em Foucault (1972), caracteriza o dispositivo:

- a) É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo, em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c) Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de saber. (AGAMBEN, 2009, p. 29)

Tais dispositivos são constituídos por diferentes tipos de documentos, definidos como suportes materiais da inscrição de sentido, sendo que a atribuição de sentido decorre da função da estrutura, ou seja, do próprio sistema (TÁLAMO; SMIT, 2007). Frohmann (2008), relaciona os conceitos de documento e informação às práticas sociais e públicas realizadas em contextos políticos, econômicos, sociais e culturais. Nessa perspectiva, a materialidade do dispositivo e do documento é o fio que conecta a informação às práticas de difusão da informação. De fato, é a instituição, ou dispositivo, que confere materialidade ao documento ao decidir quais informações serão selecionadas para preservação, como serão interpretadas e como deverão circular ou se tornar acessíveis. Em suma, a instituição define os processos de organização aplicáveis.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Portanto, o funcionamento da instituição na qual o documento está inserido determinará o contexto de interpretação e uso (as relações sociais e políticas) do próprio documento.

Os “lugares de memória” ou “dispositivos de memória” coletam e organizam diferentes tipos de documentos. Desse modo, tanto o dispositivo propriamente dito, em sua dimensão material mais ampla, quanto o material ali coletado e abrigado, podem ser caracterizados como documentos. Ambos devem ser classificados segundo uma terminologia adequada para serem compreendidos e apropriados pelo público. A classificação ou organização da informação é antecedida da análise dos objetivos, processos e instrumentos que caracterizam as distintas possibilidades de dar ordem à informação, tendo em vista sua inserção histórica e sociocultural. A organização da informação recorre necessariamente a um sistema de significação para nomear as informações documentadas. No entanto, é amplamente aceita a ideia de que as classificações são tendenciosas e sempre criadas para um propósito específico, visto que as classificações valorizam alguns pontos de vista e silenciam sobre outros. Trata-se de uma opção ética, e como toda opção ética, envolve certo risco (ERIK-MAI, 2016, p. 329). Como resume Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 18): “todo sistema classificatório funciona por inclusão/exclusão”. Sob essa ótica, os lugares de memória organizam suas informações segundo algum princípio lógico-semântico, procedimento também adotado para organizar informação em um *website*.

De acordo com Janice Gonçalves (1998, p. 11), referindo-se especificamente aos conjuntos documentais arquivísticos, “o objetivo da classificação é dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos”. Por tal razão, conclui que: “compreender o contexto de produção de um documento de arquivo exige conhecer a história do organismo produtor, abordando-a, principalmente, na perspectiva das funções e atividades por ele desenvolvidas” (GONÇALVES, 1998, p. 20). Daí decorre a importância de se debruçar sobre as características e as ações desempenhadas pelas instituições de memória.

O processo de classificar é também problematizado por Garcia Gutierrez (2013), que propõe a discussão sobre a organização da informação em perspectiva que denomina de pós-colonial. Nesse sentido, o autor critica as concepções fixas e

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

hierárquicas do pensamento hegemônico colonialista, pois, ao tratar o conhecimento produzido em locais periféricos, não raro são adotadas concepções dogmáticas culturalmente impostas. Para romper essa lógica, segundo Garcia Gutierrez (2013), a organização da informação deve buscar novos parâmetros, pautada em alguns postulados, dentre os quais a necessidade de os conceitos serem confrontados, repensados e ressignificados, uma vez que as formas significantes expressam pontos de vista. O conhecimento é produzido em situações de confronto, sendo constituído por conceitos múltiplos, interconectados, cuja hierarquização é sempre complexa. A proposta de García Gutiérrez (2003) dirige-se, assim, para uma utopia emancipatória, adequada para pensar a organização de instituições de memória política. Deve-se destacar que a perspectiva pós-colonial, enquanto vertente crítica, subsidiou os processos de adequação do Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia ao contexto da classificação das instituições de memória no website *Memória e Resistência* (<http://www.usp.br/memoriaeresistencia/>). Esse processo será discutido em maior profundidade no item sobre vocabulários controlados.

Os passos metodológicos seguidos no presente trabalho, no que diz respeito à identificação e mapeamento das iniciativas de memória e resistência, no contexto latino-americano, foram: 1) pesquisa bibliográfica para caracterização dos regimes militares da América Latina; 2) identificação e mapeamento das instituições de memória e resistência da América Latina; 3) planejamento e execução de website para divulgação do material coletado em página Web.

2 Golpes militares na América Latina no século XX e justiça de transição

A história da América Latina, na segunda metade do século XX, foi marcada por sucessivas ditaduras civis-militares. Segundo Alain Rouquié (1984), em 1980, dois terços da população total latino-americana viviam em países de regimes militares ou sob domínio militar. Tendo em vista esse fato e somado a todo o histórico de intervenções militares, levanta-se a questão de como esse poder ascendeu e se consolidou. No intento de responder tal questionamento, diversas teorias surgiram. Porém, como explica o

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

referido autor, essas teorias são, muitas vezes, simplistas e de “difícil verificação”, as quais, isoladamente, não dão conta de explicar de maneira substancial a opção pela via militar em tempos de crises econômicas e institucionais. Essas teorias vão desde explicações de caráter “cultural” ou “determinista”, com ênfase nas características da cultura ibero-americana, na qual o poder militar e a violência política encontrariam as suas raízes históricas, passando por teorias do século XX que associavam o militarismo com o subdesenvolvimento e uma necessidade modernizadora, chegando até as teorias da década de 1970, que relacionavam os golpes militares latino-americanos com a atuação externa, principalmente por parte do imperialismo estadunidense e de empresas transnacionais.

No entanto, para Rouquié (1984), essas explicações são falaciosas, carecem de comprovação empírica e não resistem a análises mais detidas. O autor considera que as explicações de caráter cultural têm um viés nitidamente etnocêntrico, desenvolvidas, em sua maioria, por autores estadunidenses e europeus. As teorias sobre a relação entre militarismo e subdesenvolvimento também caem por terra diante do caso concreto latino-americano, pois, o desempenho econômico das ditaduras militares, nas décadas de 1960 a 1990, é catastrófico, como demonstram os casos da Argentina, Bolívia e Peru, que contrariam as versões de um militarismo modernizador. Além disso, os três países economicamente mais desenvolvidos da região, Uruguai, Chile e Argentina, passaram por ditaduras militares extremamente violentas. Finalmente, as teorias que relacionam a militarização do poder a interesses externos, muito embora não possam ser negadas, são consideradas reducionistas, uma vez que eximem de culpa os exércitos e as elites internas nacionais e, tampouco, consideram as especificidades locais, os fatores sociais e ideológicos.

Diante dessas considerações, no esforço de delimitar o objeto de estudo, consideramos os golpes de Estado que desencadearam tais ditaduras como o ápice de processos históricos interdependentes, nos quais convergiram fatores externos e internos. De fato, nesse período, ao menos doze países latino-americanos sofreram golpes de Estado, a partir dos quais se instauraram regimes autoritários encabeçados pelos militares, com apoio dos setores oligárquicos e do capital estrangeiro. Ademais, por

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

se tratar de um contexto de plena Guerra Fria, os EUA direcionaram seus esforços para manter a região como sua zona de influência e intensificar a sua hegemonia econômica e ideológica. Nessa perspectiva, os golpes de Estado referidos tinham um caráter eminentemente “contrarrevolucionário”, sob a justificativa da ameaça de uma possível revolução socialista. Apesar da ocorrência de golpes desferidos contra as populações da Guatemala e do Paraguai, em 1954, foi com o triunfo da Revolução Cubana, de 1959, que as relações bilaterais dos EUA com os países latino-americanos se intensificaram com contornos de lutas antissubversivas (ROUQUIÉ, 1984). Os rumos tomados por Cuba converteram a luta armada em um importante fator desestabilizador do poder hegemônico estadunidense na região (ROUQUIÉ, 1984). Sobre esse ponto, vale destacar a atuação da chamada Escola das Américas, uma organização do Ministério da Defesa dos EUA, reconfigurada a partir de 1961, com o fim de treinar militares e civis para exercer atividades de repressão aos movimentos insurgentes (ROUQUIÉ, 1984). Essa escola, sediada inicialmente no Panamá, foi responsável pela formação de um contingente significativo de oficiais na América Latina.

As ditaduras foram instaladas por meio de golpes de Estado arquitetados pela associação das Forças Armadas e elites nacionais, apoiados por setores das classes médias. Os golpes tinham a finalidade de assegurar a manutenção do *status quo*, garantir a estabilidade do pacto de dominação e implementar, por meio da violência política sistemática e institucionalizada, uma nova ordem de desenvolvimento capitalista dependente (FERNANDES, 2010). À influência estrangeira, no cenário mundial polarizado da época, somaram-se as características latino-americanas de desenvolvimento colonial, de constituição e ascensão dos poderes militares, de formação social verticalizada, escravista e clientelista, de violência estrutural recorrente e de atuação das elites internas, sempre atreladas aos interesses econômicos externos (ROUQUIÉ, 1984).

As ditaduras civis-militares instaladas na região são assim denominadas, pois, conforme René Dreifuss (1981), os poderes militares não agiram independentemente das elites orgânicas locais. Os civis, oriundos das elites políticas, econômicas e intelectuais, os chamados “tecnocratas”, tiveram participação em todos os níveis das esferas de poder, inclusive em sua construção ideológica, tendo sido também diretamente beneficiados

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

economicamente por esses regimes. De acordo com o enfatizado pela historiografia atual, os golpes foram civis-militares e se transmutaram em regimes militares com a participação direta de civis (FICO, 2004; NAPOLITANO, 2011).

Durante a era das ditaduras, na América Latina, ocorreram graves violações aos direitos humanos e às garantias individuais universalmente consagrados. A tônica do período foi a institucionalização do terrorismo de Estado. Os governos militares perseguiram os opositores e os movimentos sociais por meio de sistemas de inteligência e censura, dissolução das instituições representativas do Estado de Direito, militarização da vida política e social, campanhas de autolegitimação e uso indiscriminado de violência. Foram responsáveis por torturas, detenções ilegais, sequestros, atentados terroristas, violência sexual, genocídios de comunidades tradicionais, corrupção generalizada da máquina pública, criação de campos de concentração e de extermínio, exílio de cerca de 6,5 milhões de pessoas, intenso retrocesso educacional, além de perpetrarem milhares de assassinatos e desaparecimentos forçados (COGGIOLA, 2001).

Posteriormente à queda das ditaduras, nas décadas de 1980 e 1990, os respectivos países latino-americanos passaram por uma longa fase de transição dos autoritarismos militares para os regimes democráticos. Nesse contexto, deve-se destacar o papel da Justiça de Transição, definida como um efetivo esforço para a construção da paz sustentável após períodos de conflito ou de violações sistemáticas dos Direitos Humanos (REÁTEGUI, 2011). A Justiça de Transição foi construída com base em experiência internacional, em consequência da II Guerra Mundial, com os julgamentos de Nuremberg. Foi consolidada com a aprovação de convenções internacionais para denunciar e julgar os crimes de guerra, genocídios e de lesa-humanidade. No cerne da Justiça de Transição encontra-se a perspectiva de revelar a verdade, conceder reparação às vítimas, julgar os agentes do Estado e reformar as instituições responsáveis pelos abusos (REÁTEGUI, 2011).

Como observa Reátegui (2011), o desafio das sociedades que emergem dos autoritarismos não é somente o de conquistar a transição democrática em si, mas também envolve tomar medidas efetivas de justiça e reparação das vítimas, bem como reconhecer os fatos do passado. Para Abrão e Torelly (2011) com base em Ruti Teitel (2010), o fornecimento da verdade e a construção da memória estão entre as dimensões

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

fundamentais da Justiça de Transição. Em razão disso, atualmente, em alguns países da América Latina, a Justiça de Transição se manifesta por meio das instituições do Estado democrático de direito, com a instauração de “Comissões da Verdade”, implementação de programas de reparação às vítimas, criação de órgãos de busca e identificação de pessoas desaparecidas. Ocorre, igualmente, com a mobilização de setores da sociedade em torno de projetos de construção da memória, da recordação e da reafirmação da própria dignidade. Desenvolve-se, portanto, por meio de políticas, normas e práticas para denunciar o passado violento (REÁTEGUI, 2011).

No entanto, no caso latino-americano, a Justiça transicional foi concebida de modo incompleto, com eficácia reduzida, uma vez que nenhum país teve uma Assembleia Constituinte efetivamente democrática, livre da interferência dos militares e das elites locais (LINZ; STEPAN 1999). Isso faz com que, em muitos casos, se reconheça implicitamente a igualdade moral e política entre torturadores e torturados, como o faz a Lei de Anistia brasileira (BRASIL, 1979), exemplo clássico de tal distorção. Por isso, conforme Boaventura de Sousa Santos (2006), para se produzir uma memória livre e combater o esquecimento, é necessário dar uma nova configuração aos direitos humanos, tornando-os aplicáveis às realidades dos países que passaram por experiências traumáticas de repressão e violência institucionalizadas. Na perspectiva de uma Epistemologia do sul¹, proposta por Santos (2006), o direito à informação, enquanto direito humano fundamental, é pré-condição para se quebrar o círculo vicioso que coloca vítimas e algozes num mesmo patamar.

A realidade latino-americana mostra que, ainda hoje, muitas informações sobre o período de exceção continuam inacessíveis. De um lado, por terem sido deliberadamente ocultadas e, de outro, por estarem dispersas em espaços e localidades diversos, o que denota a tentativa de deixar no esquecimento fatos reveladores das violações aos direitos humanos durante os regimes autoritários (THIESEN, 2014). Por isso, as iniciativas de construção das memórias desse período assumem evidente importância como forma de suprir uma lacuna deixada ao longo do processo de restabelecimento da democracia.

¹ A Epistemologia do Sul é uma forma de fazer justiça cognitiva global por meio de diferentes formas de entendimento, baseadas na experiência e no “senso comum”. Tal forma de entendimento deve ser integrada ao conhecimento científico para se contrapor às epistemologias eurocêntricas (SANTOS, 2006).

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

3 Planejamento e execução do website para divulgação do material coletado

A disponibilização de informação em formato digital requer a adoção de ferramentas adequadas de controle e acesso, além de novas linguagens de codificação dos atributos das informações a serem divulgadas. Neste contexto, são importantes os metadados, um tipo de formato utilizado para descrever o conteúdo, a estrutura, a representação e o contexto de um conjunto específico de dados. Os procedimentos metodológicos empregados para a criação, desenvolvimento e atualização do mencionado website “Memória e Resistência” foram: 1) definição dos objetivos do site e público-alvo; 2) definição da estrutura de navegação e *Wireframe*; 3) definição da estrutura de metadados; 4) sistematização e organização dos dados dos Lugares de Memória Política; 5) definição do conteúdo a ser apresentado em cada página; 6) definição da composição do site; 7) programação em HTML; 8) migração e hospedagem do website em provedor da Universidade de São Paulo.

Identificar instituições de memória criadas pós-regimes ditatoriais latino-americanos é uma tarefa complexa. Além do grande volume de informações, deparamo-nos, no decorrer da pesquisa, com canais destinados a defender as práticas de repressão e violações de direitos humanos. Por esse motivo, procuramos evidenciar a história dos golpes civis-militares (item 2, acima) e analisar criticamente as informações encontradas. Igualmente indispensável foi delimitar um recorte temporal, situado na segunda metade do século XX, compreendido entre a Revolução Cubana de 1959 e a década de 1990, período em que se constituíram e entraram em declínio os regimes ditatoriais aqui estudados.

Atualmente, no website criado, encontram-se mapeadas 85 (oitenta e cinco) lugares de memória, na América Latina, referentes a 12 países que passaram por ditaduras civis-militares, durante a segunda metade do século XX. São eles: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. O Quadro 1 mostra um exemplo de ficha de identificação de países, disponível no website, na qual constam um breve histórico do país e a relação de lugares de memória identificados:

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Quadro 1 - Exemplo de ficha de identificação de país e lugares de memória

| Argentina | | |
|---|---|---|
| Contexto Histórico Resumido | | |
| <p>A última ditadura argentina (1976-1983) teve início por meio de um golpe de Estado, em 24 de março de 1976, o qual depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. No período em que vigorou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, uma Junta Militar, composta pelas três armas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), assumiu o poder e, em seguida ao golpe, indicou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. A partir de então, desencadeou-se um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado. Durante a última ditadura argentina, além do ditador Videla (1976-1981), estiveram à frente desse processo os generais, Roberto Eduardo Viola (1981-1981), Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983). Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas durante essa ditadura (SADER; JINKING, 2006).</p> <p>Em setembro de 1983, foi eleito como presidente, por eleições gerais, Raúl Ricardo Alfonsín e, em 6 de dezembro de 1983, a Junta Militar assinou a ata de sua dissolução. Ainda no governo Alfonsín (1983-1989), foi anulada a Lei de Auto Anistia, foram assinados decretos que possibilitaram o julgamento dos militares pelos crimes de lesa-humanidade cometidos, tendo sido criada a CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas). O relatório final da Comissão levou à condenação de militares integrantes da cúpula do regime, incluindo o general Videla, pelos crimes praticados durante seu governo. No entanto, a perspectiva de justiça durou pouco. Em 1986, também no governo de Alfonsín, foi aprovada a Lei do Ponto Final, que sancionava a impunidade dos militares e interrompia os processos judiciais. As medidas de justiça, reparação e memória, foram retomadas durante o governo de Néstor Kirchner (2003-2007), o qual anulou a Lei do Ponto Final, o que possibilitou a reabertura dos processos contra os repressores. Segundo dados da Procuradoria de Crimes de Lesa-Humanidade, órgão do Ministério Público argentino, houve, até dezembro de 2017, cerca de 200 julgamentos condenatórios por delitos cometidos por agentes da última ditadura, incluindo a sentença de condenação do ditador Videla à prisão perpétua, em 2010 (Procuradoría de Crímenes contra la Humanidad, 2017).</p> | | |
| Lugares de Memória | | |
| Nº | Nome | Website |
| 1 | Abuelas da Plaza de Mayo | https://www.abuelas.org.ar |
| 2 | Espacio para la memoria y para la para la promoción y defensa de los Derechos Humanos (Ex-ESMA) | http://www.espaciomemoria.ar |
| 3 | Espacio para la memoria y promoción de los Derechos Humanos “Automotores Orletti” | https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/orletti |
| 4 | Espacio para la memoria y promoción de los Derechos Humanos “Club Atlético” | https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/clubatletico |

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

| | | |
|----|--|---|
| 5 | Espacio para la memoria y promoción de los Derechos Humanos “Olimpo” | https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/olimpo |
| 6 | Espacio para la memoria y promoción de los Derechos Humanos “Virrey Cevallos” | https://www.argentina.gob.ar/sitiosdememoria/espacios/virreycevallos |
| 7 | H.I.J.O.S. - hijos e hijas por la identidad y la justicia contra el olvido y el silencio | http://www.hijos-capital.org.ar |
| 8 | Iglesia de la Santa Cruz | Sem endereço eletrônico. |
| 9 | Madres da Plaza de Mayo | http://madres.org |
| 10 | Memoria Abierta | http://memoriaabierta.org.ar/wp/ |
| 11 | Parque de la Memoria - Monumento a las víctimas del terrorismo de Estado | http://www.buenosaires.gob.ar/patrimonio-cultural/parque-de-la-memoria |
| 12 | Casa Mariani-Teruggi | https://asociacionanahi.org/casa-mariani-teruggi/ |
| 13 | Comisión de Homenaje a las Víctimas de los CDD El Vesubio y Proto-Banco | Sem endereço eletrônico. |
| 14 | Casa Ruperto “Tito” Méndez | Sem endereço eletrônico. |
| 15 | Comisión Provincial por la Memoria | http://www.comisionporlamemoria.org |
| 16 | Espacio Mansión Seré - Casa de la memoria y la vida | http://www.moron.gov.ar/nuestra-gestion/derechos-humanos/casa-de-la-memoria-y-la-vida/ |
| 17 | Espacio para la memoria “Comisaría 5ª” de La Plata | Sem endereço eletrônico. |
| 18 | Espacio para la Memoria “El Infierno” | https://www.facebook.com/pages/category/Education/Espacio-Municipal-PARA-La-Memoria-Ex-CCDTyE-El-Infierno-842105082560206/ |
| 19 | Espacio para la memoria “Pozo Banfield” | Sem endereço eletrônico. |
| 20 | Espacio para la Memoria Ex-Esim | Sem endereço eletrônico. |
| 21 | Espacio para la memoria La Flores | https://www.facebook.com/pages/category/Nonprofit-Organization/Espacio-para-la-Memoria-Las-Flores-Ex-CCDTyE-Brigada-de-Investigaciones-2178010029190274/ |
| 22 | Espacio para la memoria y promoción de los derechos humanos “Destacamento Arana” | Sem endereço eletrônico. |
| 23 | Museo Casa Haroldo Conti | http://www.tigre.gov.ar/noticias/la-casa-museo-haroldo-conti-un-espacio-para-explorar-la-vida-del-escriptor/ |

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

| | | |
|----|---|---|
| 24 | Sítio de Memoria “El Chalet” - Hospital Posadas | http://www.hospitalposadas.gov.ar/equipos/ddhh/contenido/chalet_ccd.php |
| 25 | Casa por la Memoria | http://comisionporlamemoria.chaco.gov.ar/home/ |
| 26 | Base Aeronaval “Almirante Zar” | https://www.facebook.com/CCxMTw/ |
| 27 | Archivo Provincial de La Memoria | http://www.apm.gov.ar |
| 28 | Espacio para la memoria “La Perla” | https://www.facebook.com/espacio.laperla/ |
| 29 | Espacio para la memoria, la promoción y defensa de los derechos humanos “Campo de La Ribeira” | Sem endereço eletrônico. |
| 30 | Espacio para la memoria “Casa Grande” | Sem endereço eletrônico. |
| 31 | Espacio para la memoria y promoción de derechos humanos “D-2” | Sem endereço eletrônico. |
| 32 | Casona de la memoria Eduardo “Bachi” Chironi | https://educacion.rionegro.gov.ar |
| 33 | Espacio para la memoria “La Calamita” | Sem endereço eletrônico. |
| 34 | Espacio para la Memoria ex-Servicio de Informaciones | https://www.santafe.gob.ar/index.php/web/content/view/full/136841/(subtema)/93806 |
| 35 | Museo de la memoria de Rosario | http://www.museodelamemoria.gob.ar |
| 36 | Espacio para memoria y promoción de los derechos humanos “Escuelita de Famaillá” | http://escuelitadefamailla.org |

Fonte: Elaboração dos autores. Disponível em: www.usp.br/memoriaeresistencia

Além dos dados sobre os lugares de memória, o website apresenta um vocabulário controlado sobre direitos humanos, que poderá ser útil para classificar informações sobre os processos de memorialização. Trata-se do Vocabulário controlado que foi criado para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (Brasil), durante o ano de 2014, no contexto do projeto BRA/08/021, financiado pelo PNUD para organizar e recuperar informações do acervo da Comissão de Anistia. Esse vocabulário foi elaborado por um dos autores deste artigo. O referido projeto foi firmado com o objetivo de promover a cooperação para viabilizar a elaboração de políticas de Justiça Transicional no Brasil.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

4 O vocabulário controlado da Comissão da Anistia

Um vocabulário controlado pode ser definido como uma lista normalizada e estruturada de termos autorizados, denominados descritores, utilizados para indexar o conteúdo dos documentos a fim de possibilitar o armazenamento e buscas mais precisas de informação. Em outras palavras, o vocabulário controlado é uma linguagem artificial constituída de termos organizados em uma estrutura relacional. Dentre as suas funções é possível citar a representação da informação e do conhecimento através de um conjunto padronizado de descritores. Trata-se de um instrumento eficaz para a identificação e recuperação de informação armazenada em sistemas e unidades de informação (bases de dados bibliográficos, repositórios digitais, bibliotecas, museus, websites, etc.). A constatação de que são inúmeras as possibilidades de nomear fatos, processos, fenômenos ou objetos é o primeiro passo para se pensar na necessidade de criar um vocabulário controlado (REJOWSKY; KOBASHI, 2011). No caso da classificação dos Lugares de Memória da América Latina é possível pensarmos em um exemplo: os termos Regime Militar e Ditadura Militar podem ser considerados sinônimos em determinadas situações, porém para a finalidade de recuperação da informação é fundamental elegermos um único descritor. O exemplo citado acima demonstra a variação dentro de uma língua, e indica também que a linguagem é sempre ideológica. Formas padronizadas de representar a informação, como tesouros e vocabulários controlados, identificam objetos e fenômenos e evitam a dispersão de documentos que apresentam temas semelhantes. Nesse sentido, o vocabulário controlado possibilita resultados de busca mais consistentes quanto maior for a coincidência entre “as formas de representação da informação utilizadas pelo sistema de informação e pelos usuários” (REJOWSKY; KOBASHI, 2011, p. 583-584).

No que diz respeito à estrutura, um vocabulário controlado é formado por um conjunto de descritores que representam os conceitos de um ou vários domínios do conhecimento. Os descritores são dispostos em uma estrutura relacional previamente definida e, em geral, organizados em grandes classes temáticas de assuntos (categorias). Cada descritor é associado aos demais descritores do vocabulário controlado com os quais mantém relações de natureza lógico-semântica. Essas relações podem ser de

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

sinonímia e/ou hierárquicas, a fim de possibilitar a recuperação da informação em vários níveis de agregação.

A padronização dos termos leva à eliminação de informações pouco ou não pertinentes em uma busca de informação, já que em sistemas que utilizam vocabulário livre, receber como resposta uma grande quantidade de informações que não interessam ao usuário é um defeito tão comum quanto não receber nenhuma resposta.

Importante pontuar que a construção de um vocabulário controlado é uma tarefa coletiva que requer a participação de uma série de profissionais e pesquisadores. Trata-se de uma linguagem em constante construção, pois necessita de atualização periódica de modo que reflita a dinâmica das atividades que se propõe nomear e organizar. Rejowsky e Kobashi (2011, p. 585) afirmam que “as linguagens documentárias são consideradas fundamentais, pois sem elas haverá ruídos indesejáveis na comunicação e fluxo de informações armazenadas [...]”. Sendo assim, é importante pensarmos os vocabulários controlados enquanto mecanismos de mediação que apresentam a função de representar o conhecimento inscrito e promover interação entre usuário e dispositivos de informação, ou seja, um instrumento essencial para estabelecer interação e diálogo entre os Lugares de Memória e os estudiosos e pesquisadores interessados em apreender informações sobre o tema.

Os vocabulários controlados são constituídos por um agregado de termos (T), um conjunto de relações (R) entre os elementos do agregado de tal forma que possam compartilhar propriedades (UYEMOV, 1975). É, além disso, um sistema autônomo, estável, coeso, que requer processos contínuos de interação com o contexto. Sua construção pressupõe duas questões de partida: o que será organizado, para quem será organizado (KOBASHI, 2007).

A construção do *Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia Política – Brasil* (VCAP-BR) seguiu o método indutivo e os seguintes procedimentos técnicos: a) reconhecimento do contexto de uso; b) modelagem do domínio de aplicação; c) escolha de um método de coleta de termos; d) definição dos termos; e) estabelecimento de

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

relações lógico-semânticas entre os termos; f) padronização sintática dos termos; g) teste de aplicação; h) correção de inconsistências; i) elaboração da versão final.

A terminologia adotada no VCAP-BR respeitou o arcabouço teórico-conceitual das instâncias de análise e julgamento de requerimentos de anistia: conceitos da Justiça de Transição, termos encontrados na legislação específica sobre a Anistia Política, documentos de trabalho dos técnicos da Comissão de Anistia, artigos acadêmicos sobre a Anistia Política, dentre os quais podem ser citados: Brasil (2013); Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (2014); Reis Filho (1985); Reis, Ridenti, Motta, (2014); Thiesen (2014). O *corpus* de trabalho foi constituído de uma amostra de 3.000 requerimentos (4% do acervo) de uma população de 70.000 requerimentos de anistia.

A espinha dorsal de um vocabulário controlado é composta de conceitos de alto nível de abstração – as categorias – que designam os conceitos estruturantes do domínio. A essas categorias subordinam-se as classes, subclasses e termos específicos.

A estrutura categórica preliminar, abaixo elencada, foi identificada nos requerimentos de anistia, na legislação pertinente, na literatura sobre a Anistia Política e em publicações produzidas pelos perseguidos políticos. A lista de categorias estruturantes e a microestrutura do Vocabulário Controlado são compostas como segue:

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Quadro 2 - Lista de Categorias estruturante e microestrutura do VCAP-BR

| Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia Política – Brasil (VCAP-BR) | |
|--|--|
| Lista de categorias estruturantes | <ol style="list-style-type: none"> 1. Agentes da Repressão 2. Atos de Resistência 3. Decisões da Comissão de Anistia 4. Direito Constitucional 5. Direitos Cíveis e Políticos 6. Direito Penal 7. Principais Greves de Fome 8. Imprensa Alternativa 9. Imprensa Clandestina 10. Nomes de Instituições Públicas/ Privadas 11. Justiça de Transição 12. Legislação 13. Locais de Ocultação de Cadáveres 14. Mortos e Desaparecidos Políticos 15. Medicina Forense 16. Movimentos de Resistência 17. Organizações de Partidos Políticos 18. Órgãos/Locais de Repressão/torturas 19. Categorias Processuais 20. Profissões e Ocupações 21. Presos Políticos 22. Regime Político 23. Tipos de Reparação 24. Unidades de Detenção 25. Violações de Direitos Humanos |
| Composição da microestrutura | <ul style="list-style-type: none"> ● descritor ● definição operacional ● termos equivalentes (sinônimos ou remissivas) ● termo hierarquicamente superior ● termos subordinados |

Fonte: elaboração dos autores.

O Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia apresenta, atualmente, a seguinte configuração:

- Total de termos: 3048
- Total de descritores: 2726
- Total de termos sinônimos: 322
- Total de Top Terms: (Termos de hierarquia superior): 258
- Categorias: 25

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

- Relações hierárquicas entre os termos (Termo genérico/Termo específico): 2570
- Relações de equivalência (Use/Usado Para): 341
- Relações associativas (Termos Relacionados): 2332

Figura - Termos Gerais do VCAP-BR

The screenshot shows the 'TERMOS GERAIS' page of the VCAP-BR website. At the top, there is a navigation bar with 'Início', 'Minha conta', a search box containing 'TERMOS GERAIS', and a 'Buscar' button. Below the search bar is a horizontal menu with letters from A to Z. The main content area displays a list of terms, each followed by a right-pointing arrow (▶). The terms are arranged in two columns. At the bottom of the page, there is a footer with 'CAP' and '5.933' on the left, and 'português (Brasil)' on the right.

TERMOS GERAIS

ABUSOS ▶

AGENTES DA REPRESSÃO ▶

ATENTADOS ▶

ATOS DE RESISTÊNCIA ▶

CATEGORIAS PROCESSUAIS ▶

CEMITÉRIOS E VALAS CLANDESTINAS ▶

CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO ▶

CHACINAS ▶

CONFLITOS ARMADOS INTERNOS ▶

DIREITO PROCESSUAL ▶

DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS ▶

DITADURA CIVIL-MILITAR ▶

EXPULSÃO DO PAÍS ▶

IMPrensa ALTERNATIVA ▶

IMPrensa CLANDESTINA ▶

IMPrensa SINDICAL ▶

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS ▶

IRREGULARIDADES JURÍDICAS ▶

JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO ▶

LEGISLAÇÃO ▶

MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS ▶

ORGANIZAÇÕES E PARTIDOS POLÍTICOS ▶

ÓRGÃOS DE REPRESSÃO POLÍTICA ▶

ÓRGÃOS DE REPRESSÃO/TORTURA ▶

PENALIDADES ▶

PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS ▶

ÓRGÃOS DE REPRESSÃO/TORTURA ▶

PENALIDADES ▶

PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS ▶

PERSEGUIDOS POLÍTICOS ▶

PRESOS POLÍTICOS ▶

PROCESSO JUDICIAL ▶

PROFISSIONAIS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO ▶

PROFISSÕES E OCUPAÇÕES ▶

RESISTÊNCIA NAS PRISÕES ▶

TIPOS DE UNIDADES PRISIONAIS ▶

UNIDADES DE DETENÇÃO E TORTURA ▶

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS ▶

Fonte: elaboração dos autores, disponível em: encurtador.com.br/fILO4.

Cada Termo Geral do quadro acima desdobra-se em Termos subordinados. Assim, ao termo Imprensa Alternativa subordinam-se os nomes dos jornais que circulavam à época.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Figura 2 - Exemplo de Termos Gerais com respectivos Termos Específicos no VCAP-BR

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Início INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Termo Notas 1 Metadados

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Termos específicos

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> TE1 1a. COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO DA VILA MILITAR TE1 AÇO MINAS TE1 AERONÁUTICA DO BRASIL TE1 ANISTIA INTERNACIONAL TE1 ARQUIVO NACIONAL DA MEMÓRIA DA ARGENTINA TE1 ARSENAL DA MARINHA TE1 BANCO DO BRASIL TE1 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL TE1 CÂMARA DOS DEPUTADOS TE1 CÂMARA FEDERAL TE1 CEMDP TE1 CODEPLUCHILE TE1 COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS DE ITABIRA TE1 COMPANHIA AERÓVIAS BRASL TE1 COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA TE1 COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO TE1 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO TE1 COMPANHIA NACIONAL DE ÁLCALIS TE1 COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA TE1 COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA TE1 COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL TE1 COMPANHIA SIDERÚRGICA PAULISTA TE1 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL TE1 CPM TE1 CVN TE1 DCT TE1 DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM TE1 DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA TE1 EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. TE1 EMPRESA BRASILEIRA DE CORRREIOS E TELÉGRAFOS TE1 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA TE1 EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. TE1 EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES TE1 ESTALEIRO MAUÁ TE1 FUNDAÇÃO BANCO NOVO MUNDO TE1 FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS TE1 GENERAL ELECTRIC S.A. TE1 GENERAL MOTORS CORPORATION TE1 GUARDA MUNICIPAL TE1 ICT TE1 ICTJ TE1 IML/SP TE1 INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS TE1 INSTITUTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS TE1 INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DE SÃO PAULO TE1 INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL TE1 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA TE1 INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL TE1 INSTITUTOS TE1 IPASE TE1 JUSTIÇA DO TRABALHO TE1 JUSTIÇA ESTADUAL TE1 MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/CHILE TE1 MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL TE1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS TE1 PETROBRÁS TE1 PNA TE1 PNUD | <ul style="list-style-type: none"> TE1 PODER EXECUTIVO TE1 POLÍCIA FEDERAL TE1 POLÍCIA MILITAR TE1 POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL TE1 POLO PETROQUÍMICO DE DAMAÇARI TE1 PONTALINA TE1 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO TE1 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO TE1 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL TE1 PORTO DE SANTOS TE1 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO TE1 PROGRAMA DE DIREITOS HUMANOS DO MINISTERIO DO INTERIOR/CHILE TE1 RÁDIO NACIONAL TE1 REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. TE1 SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA TE1 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA ARGENTINA TE1 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS PARA O PASSAÇO RECENTE/URUGUAI TE1 SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ TE1 SENADO FEDERAL TE1 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DOMICILIAR E DE URGÊNCIA TE1 SERVIÇO DE SALVAMENTO MARÍTIMO (RJ) TE1 SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA TE1 SISTEMA JUDICIÁRIO TE1 SOCIEDADE CIVIL TE1 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR TE1 SUPREMA CORTE DE JUSTIÇA/PARAGUAI TE1 TFP TE1 TRIBUNAIS MILITARES TE1 TRIBUNAL CIVIL TE1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADUAL TE1 TRIBUNAL DE JUSTIÇA FEDERAL TE1 TRIBUNAL ELEITORAL FEDERAL TE1 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL TE1 TV CULTURA DE SÃO PAULO TE1 UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS TE1 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA TE1 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO TE1 UNIVERSIDADE DO BRASIL TE1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE TE1 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE TE1 URUAÇU TE1 ZONAS DE DEFESA INTERNA (ZDI) |
|--|--|

Fonte: elaboração dos autores, disponível em: encurtador.com.br/fILO4.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

Na Figura 2, acima, constam nomes de instituições às quais os anistiados estavam vinculados. Referem-se, portanto, às instituições que foram alvo do aparelho repressivo do Estado, como as universidades, empresas públicas, empresas privadas. Os funcionários dessas instituições foram perseguidos, demitidos, presos e, muitos deles, mortos sob tortura.

O Vocabulário controlado acima exposto orienta a classificação tanto dos lugares de memória do Website quanto os documentos nele armazenados.

5 Considerações finais

A atual conjuntura política na América Latina, com recentes golpes de Estado parlamentares e a ascensão de governos de extrema-direita no continente, fez surgir uma nova onda de revisionismos, relativismos e negacionismos sobre as ditaduras civis-militares. Essas tentativas de revisão e negação das violações cometidas no período ditatorial, ocorridas na segunda metade do século XX (1959 a 1990), procuram levantar, novamente, temas como a necessidade de “combater o comunismo” e dar legitimidade a concepções políticas e morais conservadoras. Muito embora devam ser respeitadas as especificidades dos processos históricos de cada país latino-americano, região multiétnica, multicultural e plural, é possível identificar traços em comum entre tais governos militares. As ditaduras civis-militares, tratadas aqui, foram instauradas a partir de golpes de Estado, utilizavam a violência política como principal elemento de consolidação e legitimação, motivo pelo qual foram responsáveis por constantes violações aos Direitos Humanos, em muitos casos, impunes até os dias atuais. Com a queda desses regimes, e após longos períodos de transição democrática, ainda incompleta, foram criadas, em muitos países latino-americanos, no âmbito de Justiça de Transição, as respectivas “Comissões da Verdade” e lugares de memória política (museus, arquivos, bibliotecas, associações, monumentos etc.) com a finalidade, entre outras, de averiguar os fatos do passado e conscientizar a sociedade, a fim de que os atos de repressão praticados não voltem a se repetir.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

É em razão de um passado traumático que a Justiça de Transição tem como seus pilares fundamentais conceder reparação às vítimas, fornecer a verdade, construir uma memória crítica, punir os agentes do Estado perpetradores de violações aos Direitos Humanos e reformar as instituições repressoras. Nesse contexto, a criação de dispositivos de informação sobre a memória política parece ser fundamental. O acesso às informações contidas nesses dispositivos pode ser facilitado se contar com ferramentas de organização e recuperação de informação adequadas. A catalogação e apresentação desses lugares de memória em formato digital, nas redes eletrônicas de informação, são importantes para se conhecer e refletir sobre o passado.

A criação do *website* Memória e Resistência configura-se, portanto, como um canal de reunião de informações dispersas e sua difusão a públicos variados. De fato, os Lugares de Memória Política desempenham um papel significativo na construção da cidadania, sejam eles criados por iniciativas das vítimas ou seus familiares ou por medidas dos próprios Estados democratizados.

Referências

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. A justiça de transição no Brasil: panorama geral e características fundamentais. In: PAYNE, Leigh. A.; ABRÃO, Paulo.; TORELLY, Marcelo. D. (Org.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. p. 212-248, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?**: e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Tao, 1979.

BRASIL. **Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Comissão de Anistia, 2013.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

BUCKLAND, Michael. K. What is a “document”? **Journal of the American Society for Information**, North Carolina, v. 48, n. 9, p. 804-809, set. 1997.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO RUBENS PAIVA (São Paulo). **Bagulhão: a voz dos presos políticos contra os torturadores**. São Paulo: Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014.

DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

ERIK MAI, Jens. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias of classification. **Knowledge Classification**, Estados Unidos, v. 43, n. 5, p. 324-330, 2016.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. São Paulo: Globo, 2010.

FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes, MARTELETO, Regina Maria, LARA, Marilda Lopes Ginez de. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Ed., p. 17-34, 2008.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 93-111, out./dez. 2013.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1998. (Como fazer)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

KOBASHI, Nair. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, João Pessoa, v. 8, n. 6, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6666>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LINZ, Juan José; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**: a experiência do sul da Europa e da América do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da Memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9-23, 31 dez. 1992.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**: historia y problemas del siglo XX, Montevideo, v. 2, ano 2, p. 209-218, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

REÁTEGUI, Félix. (Org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

REIS FILHO, Daniel; SÁ, Jair. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Marco Zero, 1985.

REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REJOWSKI, Miriam; KOBASHI, Nair Y. Subsídios para elaboração de um Tesouro Brasileiro de Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 579-598, dez. 2011.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado militar na América Latina**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, Boaventura S. **A gramática do tempo**: para uma nova política. São Paulo: Cortez, 2006.

TÁLAMO Maria de Fátima G. M.; SMIT, Johanna W. Ciência da informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 1, n. 1, p. 33-57, jan./jul., 2007.

TEITEL, Ruti G. **Transitional justice**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website

Nair Yumiko Kobashi, Caio Vargas Jatene, Mariana Ramos Crivelente

THIESEN, Icléia (Org.). **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

UYEMOV, Avanir I. Problems of direction of time and the laws of system's development. In: ZEMANN, Jiri (Ed.). **Entropy and information in science and philosophy**. Praga: Elsevier Sc. Publ. Co. 1975.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, Pennsylvania, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

Recebido em: 13/03/2019

Aprovado em: 26/07/2019

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 20 - Número 42 - Ano 2019

revistapercursos@gmail.com